


AJEB – ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL: UM LUGAR NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA DA ESCRITA FEMININA

ASSOCIATION OF JOURNALISTS AND WRITERS OF BRAZIL (AJEB):
A PLACE IN THE HISTORY AND MEMORY OF WOMEN'S WRITING

Renata Marques de Avellar Dal-Bó (UNISUL)¹
<http://orcid.org/0000-0002-6884-1856>



RESUMO

O presente artigo tem como objetivo encontrar fragmentos nas memórias das escritoras e jornalistas da Associação das Jornalistas e Escritoras do Brasil (Ajeb), que ajudem a responder de que maneira a associação contribuiu para que suas associadas conquistassem seu espaço na escrita feminina brasileira; e averiguar suas memórias afetivas em relação à associação e às associadas. Por meio da pesquisa do estado da arte, a pesquisa aponta a carência de estudos relacionados à memória da literatura feminina no período analisado. Como procedimento metodológico, utiliza a história oral de três escritoras associadas à Ajeb e a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Os aportes teóricos têm sua base nos estudos sobre memória – Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989), João Carlos Tedesco (2014), Pierre Nora (1993); emoções e afetos – Le Breton (2009); e mulher e literatura – Zahidé Lupinacci Muzart (2004), Constância Lima Duarte (2018) e Nelly Novaes Coelho (2002). Este estudo é relevante na medida em que as memórias dessas mulheres são importantes para contribuir na construção da história da escrita feminina brasileira, estabelecer uma tradição literária feminina e quebrar o ciclo de invisibilidade, no qual muitas delas estão inseridas.

Palavras-chave: memória; escrita feminina; jornalistas e escritoras da AJEB.

ABSTRACT

The present article aims to find fragments in the memories of the writers and journalists of the Association of Journalists and Writers of Brazil (AJEB), that help to answer in which way the association contributed for its members to conquer their space in the Brazilian feminine writing; and to investigate their affective memories in relation to the association

¹ Mestre e doutoranda em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mail: renatamadb@gmail.com.

and the members. Through the state of the art research we noticed the lack of studies related to the memory of women's literature in the researched period. As a methodological procedure we used the oral history of three writers associated to AJEB and a bibliographical research with a qualitative approach. The theoretical contributions were based on studies about memory - Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989), João Carlos Tedesco (2014), Pierre Nora (1993); emotions and affections - Le Breton (2009); and women and literature - Zahidé Lupinacci Muzart (2004), Constância Lima Duarte (2018) and Nelly Novaes Coelho (2002). This study is relevant insofar as the memories of these women are important to contribute to the construction of the history of Brazilian women's writing, establish a female literary tradition and break the cycle of invisibility, in which many of them are inserted.

Keywords: Memory. Women's writing. Journalists and writers of AJEB.

Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões,
nem fechaduras, nem cadeados com os quais você
conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento.

Virginia Woolf (2014).

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1970, em plena ditadura militar, iniciou-se a quarta onda do feminismo no Brasil. Devido à conjuntura histórica, o movimento feminista no país teve marcas distintas de outros países. Além de se unirem contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, as mulheres brasileiras se posicionaram também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida (DUARTE, 2003, p. 165).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, comemorado no Brasil de forma cada vez mais organizada. Mulheres se reuniam em congressos e criavam organizações reivindicando uma maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho. Apesar da repressão e da censura imposta pela ditadura militar, esse foi um momento exuberante para a mulher, de mudanças de costumes e reivindicações mais ousadas.

Surge, então, uma nova fase, na qual a escrita feminina passa a assumir uma crescente importância. Nesse contexto, em 08 de abril de 1970 é fundada, no Paraná, a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (Ajeb), pela jornalista e escritora Hêlle Vellozo Fernandes, com a finalidade de estimular a união de jornalistas e escritoras brasileiras, sob o lema: "A perenidade do pensamento pela palavra". Por meio de encontros literários, saraus, um grupo de mulheres de diferentes regiões, formações acadêmicas e profissões (não somente

escritoras e jornalistas) uniu-se e criou laços afetivos, que fortaleceu o grupo e o ajudou na conquista do espaço para publicar seus escritos em jornais, revistas e coletâneas.

Em 1974, foi fundada a segunda coordenadoria da Ajeb no Ceará, tendo à frente a escritora Cândida Maria Santiago Galeno. A partir daí, outras coordenadorias foram se juntando à Ajeb, formando uma rede literária que se espalhou por 17 estados brasileiros, chegando a ter, atualmente, mais de 400 associadas por todo o Brasil. Paralelamente a esse movimento literário feminino, surgem, a partir da década de 1970, novas técnicas e instrumentos sobre o estudo da memória, em uma tendência historiográfica voltada para o campo cultural e social no intuito de recuperar as raízes históricas e sociais de diferentes movimentos das minorias, entre eles, o das mulheres.

As relações entre sociedade e memória são o centro do pensamento do precursor Maurice Halbwachs. Em seu livro póstumo *Memórias Coletivas* (2013), publicado em 1950, Halbwachs já havia sublinhado que a memória deve ser entendida, também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Segundo o autor (2013), assim que evocamos juntos diversas circunstâncias de que cada um de nós lembramos (e que não são as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, recordar em comum, os fatos passados, com isso, estes assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós.

O historiador Pierre Nora (1993) estabelece um diálogo inevitável com Halbwachs (2013) ao discutir a forma como a memória é uma experiência de apropriação do vivido por diferentes grupos, sendo, portanto, afetiva, atual e criativa. Conforme explica Nora (1993, p. 9), “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas [...], particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções”.

Embora dialogando com as ideias de Halbwachs (2013), para quem as relações entre memória e história se dariam pela incorporação da primeira pela última a partir das ameaças do esquecimento (ou porque fossem deixando de existir ou os grupos que a mantinham iriam desaparecendo), o sociólogo Michel Pollak (1989) identifica a memória como campo de disputa entre uma elaboração oficial (da memória oficial ou nacional) e as chamadas “memórias subterrâneas” que sobrevivem em meio às camadas populares.

Quando Pollak (1989) identifica um processo de disputas entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, está partindo da concepção de multiplicidade da memória de Halbwachs (2013) e a superando ao incorporar o papel do conflito na análise do sistema social. A memória ganha sua dimensão de campo de afirmação de identidades. Nesse sentido, as dimensões subterrâneas seriam a expressão de grupos marginalizados, silenciados, minoritários, que buscariam o reconhecimento de sua existência, a afirmação de seus direitos e a apropriação de sua historicidade.

Levando em consideração que a esfera da memória contribui, e muito, para o campo de análise histórica, ligando temporalidades, fazendo-as se entrecruzar, bem como resgatando movimentos sociais silenciados, ou muito pouco visíveis, trazemos como objeto de estudo desta pesquisa a Ajeb e suas associadas. As memórias dessas jornalistas e escritoras colaboram para trazer à tona um importante movimento literário feminino, vivido por essas mulheres dentro da Ajeb, a partir da década de 1970 até os dias de hoje, quando a associação comemora 52 anos de existência, ajudando na construção da história da escrita feminina brasileira.

Para Halbwachs (1990, p. 66), “ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo”. À medida que as escritoras e jornalistas associadas da AJEB participam estreitamente da entidade ao longo das últimas cinco décadas, suas memórias se renovam e se completam, constituindo lugares de memória. Esses lugares servem para refazer, reconstruir e repensar o passado (HALBWACHS, 2013). São locais que evocam lembranças e trazem sensações e simbologias em relação a acontecimentos que são revelados nos contornos da memória.

Ao longo desses 52 anos, as jornalistas e escritoras da Ajeb criaram laços de amizade, admiração e afeto que rompem as fronteiras do passado com o presente, criando uma rede de afetos que pode ajudá-las na evocação do passado, construindo uma ponte com o presente e revolucionando o futuro, gerando novos pensamentos, sentidos e identidades. Conforme assevera Le Breton (2009), “não há como separar memórias e afetos”.

Assim, este artigo tem como objetivo encontrar fragmentos nas memórias das escritoras e jornalistas da Ajeb que ajudem a responder à seguinte questão: de que maneira a associação as ajudou a conquistarem seu espaço na escrita feminina brasileira? Para tanto, busca averiguar suas memórias afetivas em relação à associação e às associadas. Um aspecto relevante para o desenvolvimento deste estudo é ter percebido, por meio da pesquisa do estado da arte, a carência de estudos relacionados à memória da escrita feminina no Brasil entre 1970 e 2022, principalmente em se tratando das associadas a Ajeb.

A memória tem o poder de ressignificar os acontecimentos, como um princípio de consciência pessoal e social. Conforme explica Aimée G. Bolaños (2016, p. 175), “quando lembramos, com os movimentos de recuperação e reconfiguração, fazemos da própria identidade e dos processos históricos, eventos dinâmicos em incessante transformação”. Nesse sentido, a escrita feminina – ao relatar tempos e lugares nos quais convivem memória e esquecimento – integra uma identidade narrativa e se revela como um importante laboratório.

Com o surgimento da crítica literária feminista, na segunda metade do século XX, verificou-se que grande parte da produção literária de autoria feminina havia sido apagada ou “esquecida” (MUZART, 2000). Para quebrar esse ciclo de esquecimento e de silêncio forçado, iniciou-se um longo trabalho de resgate, já que, no campo da História das Mulheres, o problema da memória é fundamental. “Como as mulheres permanecem um grupo oprimido cuja história é negada, restituir-lhes a memória é dar-lhes o passado e a história” (CASTEELE-SCHWEITZER; VOLDMAN, 1984).

As pesquisadoras e críticas literárias dedicadas ao estudo das relações entre mulher e literatura Zahidé Lupinacci Muzart (2004), Constância Lima Duarte (2018) e Nelly Novaes Coelho (2002) proporcionam uma ampla visão sobre a produção literária feminina. Isso nos faz conviver com novas perspectivas de uma literatura marcada por ausências e esquecimentos. Muzart, Duarte e Coelho dedicam-se ao estudo acadêmico da literatura produzida por mulheres brasileiras, resgatando obras e nomes e criando um ambiente acadêmico de pesquisa dessa literatura no Brasil. As pesquisadoras contribuíram enormemente para a definição do status da crítica literária como uma disciplina de caráter científico, bem como para a consolidação de uma crítica literária feminista no Brasil a partir de meados da década de 1980.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa partiram dos pressupostos da história oral e da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo avaliar as situações que nos direcionam para os questionamentos que provocaram este estudo. Conforme explica Fábio Rauen (2015, p. 532),

[...] na pesquisa qualitativa pressupõe-se que há múltiplas construções da realidade e a credibilidade é o teste para realidade, de modo que somente é possível generalizar os resultados na dependência da similaridade entre os achados pesquisados e a situação de comparação.

É por meio desse tipo de investigação que o pesquisador tem contato com o que já foi publicado, trazendo suporte teórico de estudos relevantes para o tema estudado. As histórias orais (histórias de vida) foram contadas por meio de entrevistas feitas com três escritoras e jornalistas da Ajeb. Esse método consiste em recuperar lembranças, falas e dados via entrevista oral realizada por meio da internet ou do telefone, já que essas escritoras e jornalistas moram em diferentes estados e cidades brasileiras.

2 AJEB – HÁ 52 ANOS FAZENDO A HISTÓRIA DA ESCRITA FEMININA

A década de 1960 foi marcada pelo movimento feminista, que abriu caminhos para os direitos das mulheres e as lutas para a igualdade das minorias, sendo um ponto de inflexões para a sociedade contemporânea. Nesse contexto, em 1969, a Asociación de Periodistas Y Escritoras de México, sob a Presidência de Gloria Salas de Calderón, convocou a primeira Reunión Mundial de Periodistas Y Escritoras, na qual as convidadas apresentaram trabalhos sobre diferentes aspectos da posição profissional da mulher que escreve e de sua atuação diante de problemas mundiais. Compareceram representantes de 37 países dos cinco continentes, entre eles, Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética, França, Itália e de quase todas as repúblicas latino-americanas, inclusive do Brasil. Ao final do encontro, foi fundada a Asociación Mundial de Mujeres Periodistas e Escritoras (AMMPE), entidade de caráter apolítico e sem fins lucrativos (COORDENADORIA DA AJEB-PARANÁ, 1980).

Cada delegada participante teve a incumbência de, ao regressar, fundar, no prazo de um ano, uma filial da AMMPE em seu país. Assim, em 08 de abril de 1970, a jornalista e escritora Hellê Vellozo Fernandes, representante do Brasil na AMMPE, fundou a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (Ajeb), em Curitiba, Paraná (FERNANDES, 1980). A entidade tem como principal finalidade estimular a união de jornalistas e escritoras de todo o Brasil, sob o lema: “A perenidade do pensamento pela palavra”, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, ideias e experiências entre suas associadas e incentivando o aperfeiçoamento profissional com base na participação em reuniões literárias, seminários, encontros culturais, saraus, oficinas, palestras, reuniões literárias, lançamentos de antologias e projetos literários.

Após a fundação da Ajeb, Hellê Vellozo idealizou coordenadorias estaduais para funcionarem como mentoras em seus respectivos estados, auxiliando na administração e zelando pela conquista e defesa do crescimento cultural das mulheres em todo o território nacional. Para tanto, Hellê fazia contato com escritoras e jornalistas de outros estados, por meio de associações e academias femininas. A segunda coordenadoria fundada foi a do Ceará, em 1974, tendo a diretora da Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno, Cândida Maria Santiago Galeno, como primeira sócia e coordenadora (COORDENADORIA DA AJEB-PARANÁ, 1980). A Ajeb do Rio Grande do Sul (AJEB-RS) foi a terceira coordenadoria fundada, em 1980, com um número inicial de oito sócias, todas titulares da Academia Literária do Rio Grande do Sul. A coordenadora era a escritora Maria Eunice Kautzmann (CÉ, 1988).

Havia ainda representantes da Ajeb nos estados de Alagoas, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Entre 1981 e 1985, o quadro social da entidade atingiu 16 estados do território nacional, com mais de trezentas sócias, somando mais de um milhão de títulos publicados. O hino, o brasão e o lema foram aprovados em Assembleia Geral Nacional, no RS, durante a 4ª Diretoria Executiva Nacional (DEN), presidida por Maria Eunice Muller Kautzmann (CÉ, 1988).

Sem sede própria, a Ajeb adota presidência rotativa, usando o endereço residencial da presidente vigente. Esgotado o biênio ou quadriênio, o Livro de Atas e demais documentação seguem para a presidente seguinte. No entanto, por não haver um local oficial para arquivar seus documentos, muitos registros foram perdidos ao longo do tempo. Entre a segunda metade dos anos 1990 até 2017, com o falecimento de algumas ex-presidentes, várias coordenadorias da Ajeb foram desativadas ou permaneceram na inércia. Assim, muita documentação foi jogada fora pelos parentes, deixando uma imensa lacuna histórica.

Em setembro de 2018, a então presidente Maria Odila Menezes de Souza organizou o “I Encontro Nacional de Ajebianas”, que teve como objetivo reerguer as coordenadorias da Ajeb para o seu jubileu de ouro, que aconteceria em 08 de abril de 2020. No encontro, realizado na Academia Cearense de Letras, em Fortaleza, onze coordenadoras tomaram posse, somando um total de 16 coordenadorias. Fui uma das coordenadoras empossadas e passei a presidir a Ajeb – Coordenadoria de Santa Catarina. Desde então, tenho me interessado em conhecer a história dessa entidade que, por meio da palavra escrita, há 52 anos estreita laços de afetos entre suas associadas, possibilitando um intercâmbio literário-cultural e

nos ajudando a conquistar nosso espaço dentro da literatura e do jornalismo, permitindo alcançar voos que, provavelmente, não conseguiríamos se estivéssemos sós.

Desde 1970, a Ajeb possibilita que escritoras e jornalistas de todo o país saiam da invisibilidade e expressem suas opiniões e visão de mundo por meio de ensaios, memórias, narrativas, poesias e prosa periódica. Ao se manifestarem pela escrita, essas mulheres se tornam visíveis, perpetuam-se e deixam seu traço na memória coletiva e na história cultural e literária feminina brasileira.

3 MEMÓRIA E AFETO

Preocupações e análises sobre memória sempre se fizeram presentes no campo social e das ciências humanas, no entanto, somente a partir da década de 1970, em uma tendência historiográfica voltada para o campo da cultura e do social, as técnicas e os instrumentos metodológicos sobre o estudo da memória foram problematizados. Conforme aponta Passerini, essa guinada analítica “se exprime na tentativa dos movimentos políticos para reencontrar suas próprias raízes históricas e culturais, como fizeram os movimentos de libertação nacional e racial, os movimentos das mulheres, o movimento operário, as minorias étnicas e linguísticas” (TEDESCO, 2014, p. 28).

De forma crescente, os elementos mediadores da memória, individuais ou coletivos, de políticas de lembrança e de esquecimento servem de suporte à cultura, à identidade social e ética e à tradição. De acordo com Tedesco (2014, p. 29),

O interesse das ciências sociais pela memória deve-se ao reconhecimento da importância da dimensão temporal nos fenômenos humanos, na reflexão de que tanto a continuidade quanto a descontinuidade da vida em sociedade está implicada em mecanismos de lembrança e de esquecimentos, de seleção e de elaboração daquilo que o passado deixa para trás de si mesmo. No fundo, diríamos que a memória está presente mais ou menos em todas as manifestações da vida.

Os estudos de memória se apresentam, na sua maior parte, como uma forma de fazer o tempo passado se presentificar analítica e oralmente, auxiliando tanto as análises acerca do vivido (presente/cotidiano) quanto os fatos e tempos passados, construindo e reconstruindo o social de vividos. Segundo Tedesco (2014, p. 34), “lidar com memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas e, por que não dizer, intencionalizadas”.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. A esse respeito, Halbwachs (1990) já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Afinal, conforme questiona Jean Duvignaud na introdução do livro (HALBWACHS, 1990, p. 14), “que seria desse ‘eu’, se não fizesse parte de uma ‘comunidade afetiva’ de um ‘meio efervescente’, do qual tenta se afastar no momento em que ele se ‘recorda’?”.

4 A MULHER NA ESCRITA DOS SÉCULOS XX E XXI

Nos séculos XVIII e XIX, o cânone literário ocidental era constituído de obras escritas por homens brancos e da elite sociocultural. A entrada da mulher na cena literária, considerada nessa época como uma literatura inferior, provocou uma mudança na condição socioeconômica e cultural, trazendo à tona a necessidade de desconstruir a opressão e a marginalização da mulher. Até meados do século XX, a literatura produzida por mulheres era tida como uma arte de valor estético menor, segundo paradigmas da sociedade patriarcal.

Somente a partir da segunda metade do século XX, por meio da crítica literária feminina, verificou-se que grande parte da produção literária de autoria feminina havia sido apagada ou “esquecida” e que mesmo nomes importantes em épocas passadas se encontravam ausentes de obras críticas, dicionários e coletâneas. Até então, as mulheres que ocupavam lugares de destaque na literatura eram personagens, por vezes protagonistas, representadas em livros de autoria masculina.

O movimento feminista, que começou na década de 1960, teve grande importância na luta pela necessidade de visibilizar as mulheres e o seu protagonismo na história, em virtude do apagamento pela cultura androcêntrica no decurso dos acontecimentos históricos. A literatura, assim como a história, constitui-se como tradição e cânone, no entanto, às mulheres tem sido negado participar de modo visível pelos caminhos tradicionais do fazer histórico.

A década de 1970 marca, de forma isolada e muito escassamente, o desenvolvimento de estudos sobre as relações mulher e literatura, os quais se expandem, a partir dos anos 1980, por meio de projetos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadoras interessadas em trabalhos de resgate e filiadas à linha de pesquisa “Mulher e Literatura”, com o intuito de contextualizar, criticar e fazer circular uma produção que permanecia desconhecida até aquele momento, colocando em pauta questões relativas às diferenças de gênero e às formas de subordinação da mulher. De acordo com Rita Terezinha Schmidt (1995), esses projetos tornam-se fundamentais para ampliar as discussões sobre a construção cultural do sujeito de gênero (homem/mulher) nos sistemas de representação simbólica, evidenciando que o interesse pela produção literária feminina tem contemplado nomes tanto de escritoras contemporâneas como daquelas que foram esquecidas ou ocultadas pela historiografia oficial, ao longo do tempo.

Nesse sentido, destacam-se pesquisadoras como Zahidé Lupinacci Muzart, que foi professora na área de Literatura Brasileira e Teoria Literária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde 1976 até sua aposentadoria em 1993. Zahidé dedicou sua vida acadêmica ao estudo da literatura produzida por mulheres brasileiras, principalmente no século XIX, resgatando obras e nomes e criando um ambiente acadêmico de pesquisa dessa literatura no Brasil.

Outra pesquisadora brasileira que ocupou um importante espaço na literatura escrita por mulheres foi a crítica literária Nelly Novaes Coelho, que atuou como professora em Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1961 a 1972.

Concomitantemente, em 1965, ingressou como professora assistente de Espanhol e de Língua Portuguesa, na Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 1971, atuou como professora convidada em curso de Literatura Portuguesa na Universidade de Lisboa, e em 1979, ofereceu em nível de pós-graduação a disciplina Literatura e Cultura Brasileira, na University of California/ Los Angeles, pela Fulbright Foundation – USA (CUNHA; LOPES, 2017).

Ao perceber o pouco registro que havia dessas escrituras, Nelly passou a solicitar das autoras de vários estados brasileiros os respectivos dados bibliográficos e biográficos. Iniciou, assim, uma pesquisa extensa sobre 1.400 escritoras brasileiras, publicada em dois dicionários *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*, em 1993, e *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, em 2002 e 2011. Ambos constituem produção de matiz crítica e não apenas bibliográfica.

Constância Lima Duarte (2018) é mais uma pesquisadora e estudiosa da produção literária feminina. Constância é professora de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e se dedica a resgatar escritoras do século XIX e, especialmente do século XX, chegando a escritoras contemporâneas como Conceição Evaristo, Maria Esther Maciel e Ana Maria Gonçalves, entre outras. Deve-se a ela o renascimento da escritora dos oitocentos Nísia Floresta, e da publicação de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens, de Nísia Floresta Brasileira Augusta* (1989), *Nísia Floresta: vida e obra* (1995; 2008) e *Nísia Floresta, a primeira feminista do Brasil* (2005). Em 2008, organizou a antologia *Mulheres em letras – antologia de escritoras mineiras*, resultado de um projeto de pesquisa que mobilizou um número expressivo de colegas.

Conforme Duarte (2018, p. 8), a historiografia literária brasileira requer maiores comprometimentos sociais e culturais para a divulgação do “fortalecimento de uma consciência crítica de perspectiva feminista” com suas próprias histórias e de tantas outras mulheres que se renovam ao longo do tempo. A crítica literária feminina fez com que os cânones tradicionais fossem desestabilizados e abriu caminho para a escrita de uma nova história da literatura, na qual, cada vez mais, a voz da mulher, silenciada ao longo dos séculos por construções sociais e culturais, ecoasse com a autonomia que lhe é merecida. O mapeamento das escritoras brasileiras, feito por essas e outras tantas pesquisadoras, tornou-se linha de pesquisa muito forte nos cursos de pós-graduação e gerou inúmeras publicações, dissertações e teses. Mas há ainda muito trabalho a ser feito.

5 HISTÓRIA ORAL DAS AJEBIANAS

As entrevistas com as ajebianas foram feitas em outubro de 2020. Escolhemos três escritoras para ser entrevistadas, que têm uma importante atuação na Ajeb. São elas: Giselda de Medeiros Albuquerque, Hilda Flores e Urda Alice Klueger. Giselda e Hilda, que estão ligadas à entidade há mais de 30 anos, foram entrevistadas por telefone, pois, na época, ainda não sabiam lidar com as plataformas virtuais. Já Urda, que é membro da

Ajeb-SC desde a década de 1990, primeira formação da Ajeb no estado de Santa Catarina, foi entrevistada virtualmente, por meio da plataforma Google Meet.

Entrevista 1 – Giselda de Medeiros Albuquerque, 81 anos, escritora cearense. Foi presidente coordenadora da Ajeb-CE por cinco mandatos, de 1998 a 2008, e presidente nacional por duas gestões, de 2002 a 2006. Atualmente, é presidente de honra da Ajeb-CE.

Giselda considera a Ajeb seu primeiro degrau. Para ela, a entidade deu o impulso para que pudesse alcançar o lugar que ocupa hoje na literatura cearense e brasileira. “Quando entrei na Ajeb, eu não tinha escrito nenhum livro, não tinha feito nenhum lançamento. Tudo era guardado nas gavetas. Então, a Ajeb me deu aquele impulso, por isso estou dizendo que foi meu primeiro degrau, porque, ao subir cada degrau que vinha à minha frente, através da Ajeb, tomei conhecimento com as pessoas de Letras, com os escritores. Eu não deixava de ir aos lançamentos de livros, toda vida que havia lançamento de livro, a Ajeb estava presente. Eu estava lá. Então ela [Ajeb] foi de muita importância para mim. É por isso que eu digo que sou a Ajeb, porque a Ajeb foi assim, a minha mãe literária”. Giselda finaliza a entrevista com a seguinte frase: “Eu amo a Ajeb, eu amo tanto a Ajeb que eu me sinto a própria Ajeb”.

Entrevista 2 – Hilda Flores, 87 anos, é escritora e historiadora gaúcha. Participou da fundação da coordenação da Ajeb –RS. Atualmente, faz parte do Conselho Diretor Nacional. Hilda acredita que a Ajeb não foi um movimento feminista explícito, mas causou certo estranhamento ao gênero masculino. Segundo ela, “a Ajeb era muito importante, mas oficialmente não se fez a ligação da Ajeb com esse movimento. O feminismo era algo ainda combatido na época. Tudo que é novo tem um movimento de recusa. E nós estávamos trazendo uma novidade muito desagradável para o lado masculino. Eles tinham medo, entre outras coisas, de não ter a sua mantenedora, isso é muito importante, “sem minha mulher, a família não vive”. De repente, se a mulher não precisa do homem, o que sobra para ele?”, questiona.

Para Hilda Flores, a Ajeb fez uma revolução pacífica, sem brigas. As mulheres apenas queriam aprender a escrever e participar de antologias:

Elas queriam aprender a falar direito (em público), elas pediam para ensinar a escrever, pois elas queriam escrever as poesias que declamavam. E depois, num terceiro momento, elas querem escrever livros. Isso foi uma revolução pacífica. Nós não tínhamos nenhuma briga com ninguém, nunca, jamais.

Hilda compara a Ajeb das primeiras décadas com as coordenadorias atuais. Para ela, a Ajeb atualmente não é mais a mesma, perdeu a qualidade e se popularizou:

A Ajeb antiga é uma coisa, a Ajeb hoje é outra. A antiga teve, digamos, a nata da cultura feminina. Daquelas que convivi, elas tinham uma cultura. Tinham uma luta pelo exato, pelo correto. Hoje não, acha-se que a carreira depende exatamente da quantidade de títulos que se consegue somar. Há um carreirismo. O que interessa é a quantidade e não a qualidade. O que a Ajeb é agora? Qual a importância dela? Ela se popularizou.

Entrevista 3 – Urda Alice Klueger, 68 anos, é escritora de Blumenau/SC, membro da Academia Catarinense de Letras. Participou da primeira formação da Ajeb em Santa Catarina, no início da década de 1990, e atualmente é membro honorária da nova coordenação da Ajeb-SC, fundada em dezembro de 2018. Seu primeiro contato com a Ajeb foi por meio das escritoras da Academia Catarinense de Letras (ACL) na época: Sylvia Amelia Carneiro da Cunha e Leatrice Moellmann. “Me mandaram a ficha para preencher. E aí passei a fazer parte da Ajeb”, conta.

Na entrevista, Urda diz que, quando foi convidada para escrever um texto e participar de uma das coletâneas da Ajeb, deu-se conta de que, além de seus romances, não havia se aventurado por nenhum outro gênero literário. “Eu era tão verde como escritora que quando fui convidada para um livro desses, eu não tinha nenhum texto que não fosse um romance. Isso também foi um aprendizado”, constata.

Segundo Urda, uma das coisas mais importantes que a Ajeb lhe proporcionou foram as amizades. “E aí surge a Ajeb como uma coisa legal, de mulheres que eram escritoras, também como uma convivência outra. Tendo aquela parceria de escritoras e jornalistas do Brasil. Nossa, aquilo para mim foi muito importante”, relata Urda, emocionada. Ao se associar à Ajeb, Urda conta orgulhosa que recebeu uma carteirinha, com sua foto e número de associada: “Eu tinha muito orgulho da carteirinha da Ajeb. Andava com ela na minha carteira. Nessa época, fui assaltada na Colômbia e me levaram tudo, só sobrou o passaporte e a carteirinha da Ajeb. Tanto é que eu a guardei esses anos todos”.

Urda passou a entrevista inteira tentando achar um termo que traduzisse o que é a Ajeb para ela. Quando estávamos quase encerrando ela finalmente definiu: “A Ajeb me legitimou como escritora”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessas entrevistas, pudemos verificar que as memórias das associadas da Ajeb, como um fenômeno coletivo e social, podem ajudar a recuperar as raízes históricas da associação, trazendo à tona um importante movimento literário feminino. As memórias dessas mulheres nos deram uma amostra de como a associação foi significativa para que elas se tornassem visíveis e ocupassem um espaço relevante na escrita feminina brasileira. Conforme explica Halbwachs (1990, p. 47), quando estamos em sintonia com aquele grupo a que pertencemos, “vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros”. Ou seja, ao fazermos parte de um mesmo grupo e pensarmos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu.

À medida que as escritoras e jornalistas associadas da Ajeb foram participando ativamente da entidade ao longo desses 52 anos, elas criaram laços de amizade e admiração, formando uma rede de afetos que as ajudou na luta para ter acesso à voz e a

ocupar seus lugares na história do jornalismo e da literatura feminina no Brasil, contribuindo na construção da escrita das mulheres brasileiras. De acordo com Pollak (1992, p. 204), a memória é um fenômeno construído consciente ou inconscientemente. Podemos dizer que

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidades, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

No entanto, conforme pudemos verificar por meio das falas das entrevistadas, na condição de membros do grupo, nem todas têm as mesmas lembranças, pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. “Se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Dessa forma, esse conjunto de lembranças comuns – e que se apoiam umas sobre as outras – não é o mesmo que aparecerá com mais intensidade para cada uma delas.

Diante dessas considerações, retomamos a questão da mulher na literatura, sua condição como sujeito histórico, tanto na escrita quanto na sua representação em obras literárias. Nesse sentido, “se há textos esquecidos, há a necessidade de recuperá-los, ressuscitando-os de páginas manuscritas, ou de primeiras edições escondidas nas estantes” (SANTOS, 2014, p. 109). A autenticação da literatura de autoria feminina no Brasil é um processo de contínua construção, possibilitando um diálogo entre as escrituras e escritoras de diferentes épocas.

Por isso, acredito que este estudo possa inspirar futuras pesquisas, não somente para o resgate das memórias coletivas e afetivas das escritoras e jornalistas pioneiras da Ajeb como também da memória da produção jornalística e literária feminina no Brasil, nas últimas décadas, assim como da (re)escritura de sua história cultural. A Ajeb é uma entidade que permanece viva, atuante, tanto na história contemporânea da escrita feminina brasileira quanto na memória de suas associadas. No entanto, essas memórias não cessam de se transformar e a associação, ela própria, muda constantemente.

REFERÊNCIAS

- BOLAÑOS, Aimée G. **Ofício de lectora**. Rio Grande: FURG, 2016.
- CÉ, Maria de Lourdes Sulzbach (org.). **Ajebianas de Sul a Norte**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.
- COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- COORDENADORIA DA AJEB-PARANÁ (Brasil). **Ajebianas do Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980.
- CUNHA, Maria Zilda; LOPES, Cristiano Camilo. Nelly Novaes Coelho: uma vida dedicada à literatura. **Linha D%oÁgua**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 9-16, oct. 2017.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. Escritoras nordestinas do século XIX: resgate e história. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 59, p. 177-184, 2018. Disponível em: [portalseer.ufba.br > index.php > index > search > authors > view > last](http://portalseer.ufba.br/index.php/index/search/authors/view/last). Acesso em: 18 maio 2020.
- FERNANDES, Hellê Vellozo (org.). **Ajebianas do Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980.
- FERREIRA, M. M. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 32.
- FLORESTA, Nísia. **Os direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LE BRETON, David. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MUZART, Zahidé Lupinaci (org.). **Escritoras Brasileira do Século XIX**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Mulheres, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinaci (org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. (Antologia, v. 2).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAUEN, Fábio. **Roteiros de iniciação científica**: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação. Palhoça: Unisul, 2015.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. Autoria feminina, memória e subjetividade: relações possíveis. **Antares**: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 109-121, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/2849/1664>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). **Rompendo o silêncio**: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1995. p. 182-189.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2014.

CASTEELE-SCHWEITZER, Sylvie Van de; VOLDMAN, Daniele. Les Sources Orales pour L'Histoire des Femmes. In: PERROT, Michelle (org.). **Une Histoire des Femmes est-elle possible?** Paris: Rivages, 1984. p. 61-70.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.